

RESENHA

ROEMER, Thomas. **A chamada história deuteronomista.** Introdução sociológica, histórica e literária. Petrópolis: Vozes. 2008. 207p.

Pedro Kramer*

Este livro é uma tradução do original em inglês para o português. Seu autor, Thomas Roemer, é professor na Faculdade de Teologia da Universidade de Lausanne, Suíça. Seu livro se compõe de seis capítulos. Na ‘Introdução’ ele destaca a função de ponte que tem o livro do Deuteronômio: ele “não é apenas um testamento que conclui os relatos e coleções de leis anteriores. É também uma introdução aos subseqüentes livros históricos de Josué, Juízes, Samuel e Reis, que na Bíblia hebraica formam a primeira parte dos Profetas (os ‘Profetas Anteriores’)” (p. 09). De um lado, há razões evidentes para que o Deuteronômio faça parte do Pentateuco como uma ‘biografia de Moisés’. Porque desde Ex 2, o nascimento de Moisés, até Dt 34, a sua morte no monte Nebo, seu personagem central é Moisés.

De outro lado, há igualmente motivos claros para considerar o Deuteronômio como o prólogo dos livros de Josué até o segundo livro dos Reis. Isto se percebe com relativa facilidade por causa do mesmo estilo e vocabulário presente neles. Outra conexão entre o Deuteronômio e os livros históricos, especialmente o livro de Josué, aparece nas contínuas alusões de Moisés no Deuteronômio à passagem pelo rio Jordão e à ocupação futura da terra de Canaã (Dt 4,1.15; 7,1; 9,1, etc.). Estas alusões de Moisés se tornam acontecimentos relatados no livro de Josué. E, além disso, Josué, como comandante da ocupação de Canaã, é constituído como sucessor de Moisés em Dt 31. Os fortes laços entre os livros do Deuteronômio e de Josué levaram seus estudiosos a substituir o Pentateuco pelo Hexateuco. Deste modo as promessas divinas aos patriarcas no livro do Gênesis se concretizariam na

* Doutor em Teologia, na área do Antigo Testamento, com a tese doutoral: “Origem e legislação do Deuteronômio. Programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos”, no Instituto Ecumênico de Pós-graduação, São Leopoldo, RS. Professor de exegese do Antigo Testamento e História de Israel na Faculdade Palotina (FAPAS, Santa Maria, RS). E-mail: kramer_pedro@yahoo.com.br

ocupação da terra de Canaã, narrada no livro de Josué. Além da relação entre os livros do Deuteronômio e de Josué há também uma conexão entre os livros do Deuteronômio e dos Juízes. Porque em Dt 6,12-15 há uma exortação contra a veneração de outras divindades que não foi observada segundo o texto Jz 2,12-14, cujo vocabulário é bastante próximo. Há até uma afirmação em Dt 6,15 “a cólera de Iahweh teu Deus se inflamaria contra ti, ele te exterminaria da face da terra” e em Dt 28,63-64 que aponta para 2Rs 25,21: “Assim, Judá foi exilado para longe de sua terra”. São essas alusões bem como o estilo e o vocabulário entre os livros do Deuteronômio e os seguintes até o segundo livro dos Reis que fizeram surgir a chamada ‘História Deuteronomista’: “A estreita relação de estilo, vocabulário e conteúdo que une os livros Deuteronômio, Josué, Juízes, Samuel e Reis levou à ideia de que estes livros constituíam outrora uma ‘História Deuteronomista’” (p. 10).

No cap. 1 Th. Roemer apresenta o conteúdo da assim chamada ‘História Deuteronomista’ (H. Dtr.), isto é, das suas edições no livro do Deuteronômio até o segundo livro dos Reis (pp. 11-19).

No cap. 2 o autor procura responder à pergunta: O que significa a ‘História Deuteronomista’? Antes de respondê-la, ele menciona o exegeta alemão Martin Noth como o ‘pai’ da hipótese da H. Dtr. no seu livro publicado em 1943¹. A seguir, ele passa a respondê-la fazendo um estudo da questão, historiando a pesquisa em três passos: a pré-história da hipótese da H. Dtr., a elaboração da sua hipótese por M. Noth e as modificações e as críticas que sua hipótese sofreu posteriormente (pp. 21-50). Nos capítulos seguintes ele expõe as três fases da redação ou da edição dos livros que compreendem a H. Dtr. sob a dominação dos israelitas pelos assírios, babilônios e persas que se estende durante os séculos VII ao V a.C.

O cap. 3 trata da composição da H. Dtr. desde o período assírio até o persa. Inicialmente, Th. Roemer responde à questão: quem poderiam ter sido os deuteronomistas? Formavam eles um ‘movimento’, um ‘partido’ ou uma ‘escola’? Se com ‘escola’ pode-se entender um círculo de escribas e intelectuais, então, ele opta por considerá-los uma ‘escola’ de autores, redatores ou compiladores que compartilham da mesma ideologia e possuem as mesmas técnicas retóricas e estilistas.

Após essa abordagem, ele exemplifica a tríplice edição da H. Dtr. nos três pontos de vista diferentes acerca da lei da centralização do culto em Jerusalém em Dt 12. Na fórmula de centralização nos v.14.11.5 de Dt 12 há, para ele, uma evolução. Este desenvolvimento da

¹ Ueberlieferungsgeschichtliche Studien. Die sammelnden und bearbeitenden Geschichtswerke im Alten Testament. 3ª. Edição. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft. 1967.

fórmula de centralização corresponde com a tríplice edição da H. Dtr. nos períodos assírio, babilônico e persa. A formulação original se encontra, para ele, no v.14 do texto Dt 12,13-18. Este foi redigida pelo ano 620 a.C. com este teor: O lugar, *maqôm*, que Iavé, vosso Deus escolherá numa única, *'ehad*, de tuas tribos. No v.11 da unidade literária Dt 12,8-11 a fórmula já foi desenvolvida e reinterpretada no exílio babilônico, introduzindo o termo ‘nome’ que agora reside no santuário em vez de mencionar a divindade. Ele explica que esta reinterpretação da fórmula de centralização original se tornou necessária após a destruição do templo em 587 a.C. Ela agora soa assim: O lugar, *maqôm*, que Iavé, vosso Deus, escolherá como morada, *xakkén*, para seu nome, *xemô*. E no v.5 da unidade literária Dt 12,2-7 a fórmula de centralização foi novamente reinterpretada na época pós-exílica e se compõe agora da combinação das duas fórmulas anteriores nos v.14 e 11. A fórmula de centralização tem agora este teor: O lugar, *maqôm*, que Iavé, vosso Deus escolherá dentre todas as vossas tribos para ali colocar seu nome para fazê-lo habitar. Ele resume a sua tese afirmando que Dt 12 reflete as três etapas da atividade dos escribas deuteronomistas. Estas três etapas de reinterpretação em Dt 12 estão também presentes em Js 7-8; 1Sm 8-12; 1Rs 8; 2Rs 22-23. E conclui: “A identificação das três principais camadas redacionais dentro da História Deuteronomista, correspondendo com os três contextos sociais, políticos e históricos diferentes (neo-assírio, neobabilônico e persa), aparece como a melhor hipótese de trabalho. É ao longo das linhas deste modelo, portanto, que empreenderemos, nos próximos capítulos, a pesquisa sobre a História Deuteronomista” (p. 70).

No cap. 4 Th. Roemer descreve a editoração da H. Dtr. no final do período assírio no século VII a.C. O autor discorda daqueles que julgam que a H. Dtr. tenha se originado na época do rei Ezequias. Ele é da opinião que “o final do século VII a.C. proporciona o mais plausível contexto histórico para o surgimento da literatura deuteronomista” (p. 73).

a) Ele demonstra sua opinião elencando o conteúdo da primeira edição da H. Dtr., começando pelo Deuteronomio. A abertura original dessa sua primeira edição é Dt 6,4-7 e o início original do Código Deuteronomico encontra-se presente em Dt 12,13-18. A estes textos está ligado Dt 13 porque contém a mesma ideologia da centralização no templo de Jerusalém. E a conclusão do Código Deuteronomico contém a ladainha de maldições em Dt 28. No centro deste Código encontram-se as leis da centralização no templo de Jerusalém em Dt 12,13-18 e da lealdade para com Iavé em Dt 13 bem como o pagamento do dízimo como ‘imposto anual’ e as prescrições sociais em Dt 15 e ainda o calendário litúrgico em Dt 16,1-17 bem como a lei sobre os juízes, *xoftim*, e os funcionários públicos, *xoterim*, em Dt 16,18 e os

juízes profissionais em Dt 17,8-13. Todos esses textos são, para ele, leis deuteronomicas. Há dúvidas quanto à lei referente à restauração facultativa da monarquia em Dt 17,14-20 e quanto à lei sobre os profetas em Dt 18,9-12. No entanto, a lei que prescreve o pagamento dos sacerdotes em Dt 18,1-8, é deuteronomica. À esta camada pertencem ainda a lei da instituição das cidades de asilo em Dt 19,2-6.11-12 bem como as leis sociais e culturais em Dt 21,1-4.5-9.15-21; 22; 23,18-26; 24,1-25,16; 26,2-3.10-11.

Quais são os argumentos que Th. Roemer tem para justificar que esses textos fazem parte da primeira edição da H. Dtr.? Um argumento é, para ele, a prescrição da centralização de tudo no templo de Jerusalém e o outro é a transcrição do conteúdo de textos assírios presentes em várias perícopes do Deuteronomio original. Afirmações bem próximas desses argumentos ele também percebe na primeira edição do livro de Josué onde continua a primeira edição da H. Dtr.

b) Antes de elencar os conteúdos da primeira edição da H. Dtr. no livro de Josué, Th. Roemer observa que relatos de conquista são bastante comuns no antigo Oriente Médio e muito particulares na literatura dos assírios. Estes usavam tais artifícios literários para impressionar os povos inimigos com sua propaganda real, nacionalista e militarista. Os relatos desse gênero literário não são descrições ‘realistas’ ou objetivas dos fatos históricos, mas são típicas estratégias da ‘guerra psicológica’. Ele descobre nos relatos assírios uma série de elementos que também se encontram em Js 6-12. Quais são os elementos presentes nesses relatos assírios?

1) A conquista de lugares estratégicos é contada com detalhes, ao passo que os outros lugares conquistados são apenas contemplados através de relatos genéricos. Este elemento se encontra também em Js 6-12. Em vista disso, a conquista de Jericó e Hai-Betel é narrada longamente, ao passo que as vitórias contadas em Js 10,28-12,24 são apenas descritas de modo genérico.

2) Antes de iniciar a guerra, o rei assírio recebe um oráculo de salvação. Este oráculo Josué também recebe em Js 10,8.

3) Relatos de submissão voluntária dos povos inimigos ao rei assírio têm seu paralelo em Js 9, onde os gabaonitas desejam tornar-se vassallos dos israelitas, fingindo vir de longe.

4) Inimigos formam coalizões impressionantes contra o rei assírio. Este elemento corresponde com a coalizão dos cinco reis ‘amorreus’ em Js 10,1-5 que Josué irá derrotar com a ajuda de Iavé.

5) O exército assírio vence pela intervenção dos deuses assírios. Este elemento se encontra em Js 10,10-11 onde Josué também vence seus inimigos através da intervenção de Iavé.

6) A vitória completa implica na execução dos inimigos. Esta vitória também é contado em Js 10,16.26 através da chuva de granizo.

A partir dessa relação entre os textos assírios e os do livro de Josué ele conclui: “Estes paralelos sugerem que os relatos de conquista presentes no livro de Josué foram diretamente influenciados pelo gênero e ideologia dos relatos de guerra dos assírios; por isso, dificilmente são anteriores ao século VIII e VII a.C.” (p. 89). Para ele, portanto, o contexto social e político mais favorável para os inícios da atividade literária deuteronomista é o tempo do rei Josias, não só para a origem da primeira edição do Deuteronômio, mas também para a origem da primeira edição do livro de Josué. Assim, as mesmas narrativas de batalha e a conquista dos assírios eram usadas para afirmar a independência política e militar de Judá, no momento em que a Assíria começava a entrar em decadência. Além disso, o Deus Iavé foi descrito como o deus nacional assírio Assur, tornando-se agora o garante da autonomia política dos israelitas.

a) Em base a este pano de fundo, a primeira edição do livro de Josué podia ter iniciado com a passagem Js 5,13-14 onde se descreve a investidura de Josué como líder militar. Ela teria continuidade em Js 6-9 onde se narra a conquista de Jericó, Hai, Betel e Gabaon porque estas cidades eram importantes centros culturais e políticos no território de Benjamim. Neste contexto calha muito bem a passagem Js 10,12-13 onde se comunica que Josué fez parar o sol e a lua que são divindades assírias. Este fato sublinha a superioridade de Iavé e do seu líder Josué sobre o panteão divino assírio.

A primeira edição do livro de Josué teve, para ele, sua continuidade no conjunto literário Js 13-19 porque as listas mencionadas em Js 15* ou 18* poderiam ser relacionadas com o tempo de governo do rei Josias. A conclusão do livro de Josué é talvez o texto Js 21,43-45. Se, no entanto, todo esse conjunto for posterior, então ele postula que Js 11,23 poderia ser a conclusão adequada. Em todo o caso, para ele, “a versão original do livro de Josué adota elementos da ideologia real assíria a fim de construir uma narrativa militar legitimando a ocupação da terra por parte de Israel” (p. 94).

b) Th. Roemer observa que o livro dos Juízes contém o menor número de passagens tipicamente deuteronomistas. Isto, no entanto, não significa que todo este livro seja uma criação posterior. Porque existe a hipótese de que, ao atual livro dos Juízes, subjaz uma

coleção de relatos acerca de ‘salvadores’ israelitas que atuaram no Reino do Norte. Esta hipótese se baseia no fato de que todos os juízes, exceto Otoniel, são do norte. Para ele, a coleção das ações desses juízes foi apenas mais tarde integrada na H. Dtr.

c) No conjunto literário 1Sm 16 a 2Sm 5 há apenas, na história da ascensão de Davi, indícios de composição da época de Josias. Para ele, fazem parte da primeira edição da H. Dtr. os textos 2Sm 2,4; 3,2-5; 5,4-5 que se referem ao rei Davi e as passagens 1Sm 16,18; 17,37; 18,12.14.28; 20,13; 2Sm 5,10 que destacam a presença de Iavé na sua vida. Ele opta por esses textos na vida de Davi porque eles correspondem com as ambições do rei Josias e do seu grupo de conselheiros. Ele supõe que os redatores deuteronomistas visavam descrever o rei Josias como um ‘Davi redivivo’ ou um ‘novo Davi’ e que ele restauraria nos seus dias a glória do Estado israelita como nos dias do rei Davi.

d) E, por fim, que conteúdos dos livros dos Reis fazem parte da primeira edição da H. Dtr.? Th. Roemer, com um bisturi bem afiado, procura dissecar 1Rs 1-11 e reconstruir a primeira edição da história de Salomão. Esta teria começado em 1Rs 3,4-15, com o sonho de Salomão no santuário de Gabaon, onde ele pede a Iavé um ‘coração sábio’. A sabedoria do rei é um tema que perpassa a ideologia de todos os reis do antigo Oriente Médio. A seguir, há um breve relato em 4,1-19 que lista os funcionários de Salomão e detalha sua organização do reino. Em 5,9-14 Deus lhe concede o dom da sabedoria, pedida em 3,4-15, que é a capacidade necessária para construir o templo em 1Rs 5-8, o qual é o verdadeiro centro da história de Salomão. Para poder realizar esta obra, ele necessita de ajuda internacional do rei fenício Hiran por causa da madeira de cedro do Líbano em 5,15-32 e do seu transporte para Jerusalém a fim de construir o templo, cuja narração está presente em 1Rs 6-8. Na oração de Salomão em 8,14-21 aparece a expressão ‘dentre todas as tribos de Israel’ (v.16). Esta expressão se relaciona, para ele, com Dt 12,14 que pertence à primeira edição do Deuteronômio. Em 1Rs 9-10 são descritas as atividades de Salomão com a nota final em 11,42-43 que indica a duração total do seu reinado. No v.41 fala-se de um ‘Livro da História de Salomão’. Ele certamente continha a história original de Salomão, escrita durante o reinado de Josias e que mais tarde foi integrada em 1Rs 3-11. O destaque dado a Salomão como construtor do templo em 1Rs 5-8 relaciona este rei com os monarcas assírios e babilônicos que são sempre apresentados como construtores ou reformadores de templos. Todas essas informações são, para Th. Roemer, o argumento para datar esses textos no século VII a.C.

e) Na história dos dois reinos de Israel e de Judá em 1Rs 12-2Rs 23 devia haver, para Th. Roemer, uma narração original referente à rebelião de Jeroboão contra Roboão, rompendo

com o Reino de Judá e criando o Reino de Israel. Esta narrativa original também devia conter a descrição da construção dos dois santuários de Dã e Betel com a introdução de estátuas bovinas neles (1Rs 12,26-33). Este fato é designado o ‘pecado de Jeroboão’ (1Rs 15,26). Através desse seu pecado, seus reis sucessores são avaliados e criticados. Assim como os reis do Reino do Sul são julgados conforme o modelo de rei que foi Davi, o fundador da dinastia em Jerusalém. Para o autor, a conclusão original da história dos reis do Reino do Norte devia conter o relato sobre a destruição da Samaria e a deportação de israelitas em 1Rs 17,1-6.21-23 como consequência do ‘pecado de Jeroboão’ e de seus sucessores. E a conclusão original da história dos reis do Reino do Sul devia culminar nos relatos sobre os reis Ezequias e Josias. Isto porque de Josias se afirma que “não houve antes dele rei algum que se tivesse voltado, como ele, para Iahweh, de todo o seu coração, de toda a sua alma e com toda a sua força, em toda a fidelidade à Lei de Moisés; nem depois dele houve algum que se lhe pudesse comparar” (2Rs 23,25; cf. Dt 6,5). A respeito do elenco dos textos que formavam a primeira edição da H. Dtr. no tempo do rei Josias ele sintetiza: “A narrativa da reforma de Josias em 2Rs 23 constitui, junto com Dt 12 e 1Rs 5-8, o último dos três pilares da ideologia deuteronomista da centralização no período neo-assírio. Enquanto Dt 12,13-18 estabelece a exigência da centralização do culto em Jerusalém, Salomão realiza a primeira etapa deste programa ao construir o templo, ao passo que Josias impõe o templo de Jerusalém como santuário central de Judá” (p. 107).

No cap. 5 Th. Roemer visa elencar os textos da segunda edição da H. Dtr. Esta teria acontecido no período babilônico. Para ele, “não há dúvida de que os acontecimentos de 597 e 587/586 produziram uma grande crise para a identidade judaíta coletiva” (p. 113). Antes de destacar os textos que fazem parte dessa edição babilônica da H. Dtr., ele procura situar geográfica e historicamente os redatores deuteronomistas sob a dominação dos babilônios. Ele não concorda com aqueles que afirmam que a edição exílica da H. Dtr. tenha sido redigida por deuteronomistas residentes em Masfa, a capital administrativa de Judá, sob o governo de Godolias, durante a dominação babilônica. Ele considera que os redatores deuteronomistas são antigos funcionários da corte judaíta em Jerusalém que podiam ter facilmente trazido consigo rolos de Jerusalém que reeditaram durante o período babilônico. Ele fundamenta sua opinião no fato de que os textos não explicitam nenhuma afirmação negativa sobre o rei babilônico e seu exército (cf. o contrário em Is 13-14). Eles são apresentados como executores da ira de Iavé.

Para Th. Roemer a grande contribuição dos redatores deuteronomistas na Babilônia é a criação da periodização da história através dos seguintes discursos. O primeiro é o de Moisés no final da sua vida que compreende Dt 1-30. Este é o modelo de discurso para os seguintes e contém os critérios para entender e avaliar a história, desde a conquista da terra até a sua perda. Dt 28, contendo um elenco de bênçãos e maldições, já anuncia o exílio no futuro. Este é o período das origens. O próximo discurso é o de Iavé a Josué em Js 1, no qual ele confirma a ocupação total da terra prometida. Este anúncio da conquista da terra se realiza no discurso final de Josué em Js 23. Nestes dois discursos transparece claramente que Josué é o sucessor de Moisés. Como Moisés em Dt 28 assim também Josué anuncia o exílio se os ouvintes não respeitarem o Código Deuteronomico. O discurso em Jz 2,6-3,6 introduz o tempo dos juízes. Este é feito pelo próprio redator deuteronomista porque lhe falava uma pessoa de destaque que pudesse fazê-lo. Este período termina com o discurso de despedida de Samuel em 1Sm 12. Após o período das origens, da ocupação da terra e do tempo dos juízes segue o período da ‘monarquia unida’ na oração de Salomão por ocasião da inauguração do templo de Jerusalém em 1Rs 8. O último período é o da história paralela dos reinos de Israel e de Judá em 2Rs 17,7-20 e contém um resumo de toda a H. Dtr., recapitulando-a desde o êxodo do Egito até o anúncio do exílio de grande parte da população do Reino do Sul.

a) Na edição exílica da H. Dtr. o Deuteronômio recebeu sua forma atual como um discurso de Moisés. E este já supõe a situação após 597/587 a.C. Os deuteronomistas exílicos, dirigindo-se diretamente a seus ouvintes, os transformam em contemporâneos de Moisés. Porque assim como no tempo de Moisés, ele e sua geração estão à direita do rio Jordão, os deuteronomistas e seus ouvintes se encontram agora também fora da terra e esperam a possibilidade de entrar nela. Como tradicionalmente o rei representa a divindade e transmite a lei, agora estas funções são assumidas por Moisés. Ele é o mediador entre Iavé e o povo de Israel. Em vista disso, Moisés, estando no outro lado do rio Jordão, recapitula em Dt 1-3, exceto a narrativa original do tempo assírio, para a sua geração os eventos anteriores no deserto desde o êxodo do Egito. Nessa edição exílica Dt 5 e 6,1-3 seguiam imediatamente a Dt 1-3 e funcionavam como introdução geográfica para a localização clara da origem da Lei e a legitimação de Moisés como único mediador entre Iavé e o povo. Em Dt 5,3 os deuteronomistas exílicos se dirigem a seus ouvintes através dessas palavras de Moisés: “Iahweh não concluiu esta Aliança com nossos pais, mas conosco, conosco que estamos hoje aqui, todos vivos”. Moisés e a geração de israelitas no exílio se tornam contemporâneos.

Para Th. Roemer, o decálogo em Dt 5,6-21 e a moldura posterior em Dt 5,22-31, correspondem muito bem à ideologia deuteronomista por causa do destaque dado aos temas do êxodo, do apelo à veneração exclusiva de Iavé e da polêmica contra a ‘religião popular’ que precisava de imagens divinas como em Dt 5,6-16. Estes mandamentos vêm acompanhados de motivação. Isto significa que eram princípios novos e que ainda não eram amplamente aceitos. Estes mandamentos com motivações e justificativas os diferencia dos princípios éticos em Dt 5,17-21 comuns no antigo Oriente Médio.

Fazem ainda parte da edição exílica da H. Dtr. as exortações em Dt 6,1-25; 8,7-20; 9,1-6; 10,12-13; 12,8-12; 13,12-19; 17,14-20; 18,9-22; 20; 26,5-9.12-15.16-19; 28,58-68; 31,1-8; 34,1-6. O fato de o próprio Iavé sepultar Moisés, cujo túmulo é desconhecido, pode ser explicado pela hostilidade deuteronomista contra o culto popular aos mortos (cf. Dt 18,11; 26,14).

b) Para Th. Roemer, a edição exílica da H. Dtr. no livro de Josué iniciava em Js 1,1-2.5-7. Neste texto se descreve Josué como sucessor de Moisés, porém não igual a ele. Isto se verifica nos títulos dados a eles. Enquanto que Moisés é ‘servo’, *‘ebed*, de Iavé, Josué é ‘assistente, auxiliar’, *mixáret*, de Moisés e que precisa agir de acordo com tudo o que Moisés ordenou (v.7). Em Js 1,1-2.5-7 há uma clara transição porque Josué, instalado como líder militar, deve ser um exímio observante do Deuteronômio. Isto vale também para os israelitas. Porque eles, como os legítimos proprietários da terra, só permanecerão nela se eles conformarem sua vida com a vontade de Iavé, expressa no Deuteronômio. O próximo texto da edição exílica da H. Dtr. é Js 1,10-18 onde Josué ordena aos escribas que preparem o povo para a travessia do Jordão dentro de três dias. Esta indicação de tempo volta em 3,2 no relato da travessia do Jordão em 3,2-16; 4,10-14. O rio Jordão como fronteira da terra prometida certamente surgiu em 733 a.C. quando sua parte oriental foi transformada em província assíria. O relato da conquista da terra da edição exílica continua em Js 5,13-15 e numa série de versículos em Js 6, especialmente aqueles que destacam o poder militar de Israel através da intervenção de Iavé. O relato da conquista da terra segue em Js 7,2-9 como introdução à ocupação de Hai em Js 8, das regiões no sul em Js 10,28-43 e no norte em Js 11,1-15 e culmina com o discurso final de Josué em Js 23,1-3.9-11.14-16. O autor do livro resume: “Na edição exílica da H. Dtr. os livros do Deuteronômio e de Josué estão intimamente ligados. Para os deuteronomistas exílicos conquista e lei estão relacionadas. Para possuir a terra é preciso obedecer à Lei, transmitida por Moisés e os deuteronomistas” (p. 137).

c) Th. Roemer afirma que o período dos juízes, considerado por muitos manuais da Bíblia hebraica como histórico, é uma invenção literária dos deuteronomistas exílicos. Estes provavelmente herdaram um rolo do Reino do Norte que continha histórias de salvadores (Jz 3,12-9,25 ou 3,12-12,7). E, de fato, todos estes salvadores, exceto Otoniel (Jz 3,7-11), são do Norte. Os deuteronomistas teriam interpolado este rolo durante o período babilônico para criar um período intermediário entre as origens (Deuteronomio – Josué) e a história da monarquia (Samuel – Reis). Portanto, Jz 2,6-19 é criação dos deuteronomistas e neste texto há o ciclo repetido de apostasia dos israelitas e do retorno deles a Iavé, prefigurando assim a história da monarquia, com reis fiéis a Iavé e reis idólatras. A história de Otoniel em 3,7-11 seria uma adição dos deuteronomistas exílicos. As histórias de Sansão revelam, para ele, influências helenistas. E os capítulos Jz 17-18.19-21 seriam adições posteriores com a finalidade de criar um livro dos Juízes independente e sem as histórias de Samuel.

d) A história deuteronomista de Samuel se encontra, para Th. Roemer, em 1Sm 1; 2,18-21; 3; 7,5-17, apresentando Samuel como uma figura de transição. Ele é o último juiz carismático, mas pretende tornar sua função hereditária, nomeando seus filhos como seus sucessores em 1Sm 8,1-3. Ele é o segundo grande profeta depois de Moisés e desempenha um papel importante na instituição da monarquia em 1Sm 8-12.

Os deuteronomistas do período babilônico revelam em 1Sm 8-12 que eles têm uma atitude ambígua para com a monarquia israelita. Esta se encontra igualmente no livro dos Reis, alternando reis ‘bons’ e ‘maus’. Em vista disso, os relatos do reinado de Saul, na maioria histórias de guerra, são concebidos na edição deuteronomista como um prelúdio à ascensão de Davi ao trono. Saul foi rejeitado por Iavé por relutar em conformar-se com sua Lei. Ele, por isso, não respeitou a lei relativa ao *herem*, à destruição total dos inimigos e ao butim de guerra.

e) A narrativa do rei Salomão é dividida na edição exílica da H. Dtr. em duas partes. Os inícios do seu reinado até a construção e a dedicação do templo em 1Rs 3-8 são positivos, enquanto que a parte final do seu governo em 1Rs 9-12 é decadente e negativa, introduzindo assim o relato da divisão da monarquia. Th. Roemer sintetiza a compreensão exílica dos deuteronomistas referente aos três primeiros reis: “Saúl, que representa o Reino do Norte, é rejeitado por Iavé; Davi, que simboliza o rei judaíta ideal ao qual se promete que reinará sobre ‘todo o Israel’; e Salomão, que prefigura a maioria dos reis judaítas” (p. 148).

f) Segundo Th. Roemer, os deuteronomistas exílicos introduzem em 1Rs 9,1-9 a história dos reinos divididos de Israel e Judá e lhes predizem uma catástrofe. Se os reis e os

israelitas não conformarem suas vidas com a vontade de Deus acontecerá o exílio (v.7) e o templo será destruído (v.8). Este anúncio tornou-se realidade para o Reino do Norte em 722 a.C. conforme 2Rs 17 e para o Reino do Sul em 587 a.C. segundo 2Rs 24-25. A causa desta tragédia é, conforme os deuteronomistas exílicos, o mau comportamento de Salomão, após a construção do templo. Na edição exílica da H. Dtr. há, para ele, apenas dois reis que são totalmente positivos: Davi e Josias (cf. 1Rs 11,1-13).

g) Outro assunto importante na edição babilônica da H. Dtr. é, para Th. Roemer, a forma da atuação dos profetas e dos reis do norte e do sul. Ele observa que quase a metade do texto nos livros dos Reis é dedicado à descrição da atuação dos profetas. O primeiro profeta elencado é Aías de Silo em 1Rs 11 e 14. O segundo é o profeta anônimo que proclama a destruição de Betel em 1Rs 13. Estes são seguidos por Jeú em 1Rs 16,1-7, por Elias em 1Rs 17-19.21; 2Rs 1-2, por outro profeta anônimo em 1Rs 20, por Miqueias em 1Rs 22, por Eliseu em 2Rs 2-9.13,14-21, por Jonas em 2Rs 14,25, por Isaías em 2Rs 19-20 e pela profetisa Hulda em 2Rs 22,14-20. Entre estes, Th. Roemer distingue dois grupos de profetas: os que pronunciam oráculos divinos que logo se cumprem e os profetas taumaturgos, curadores, mágicos e visionários. Entre estes últimos, ele situa o homem de Deus de Judá que anuncia a destruição de Betel em 1Rs 12,33-13,33 e os profetas Elias e Eliseu, com exceção de 1Rs 21 e 2Rs 9,1-10.

h) A edição exílica da H. Dtr. tem, para ele, também um interesse bem especial na descrição da atuação dos reis tanto do norte como do sul. Para os deuteronomistas exílicos, todos os reis do Reino do Norte recebem uma avaliação negativa porque veneraram Iavé fora de Jerusalém e continuaram a pecar como Jeroboão pecou. Todos eles foram rotulados com a mesma expressão ‘os pecados de Jeroboão’. No comentário conclusivo em 2Rs 17 eles destacam as duas causas da destruição do Reino do Norte: os bezerros de Jeroboão e o culto a Baal e Aserá.

i) A história dos reis do Reino do Sul é descrita pelos deuteronomistas na Babilônia através da alternância de reis ‘bons’ e ‘maus’. Os reis ‘bons’ são: Asa, Josafá, Joás, Amasias, Azarias e Joatão. Os ‘maus’ são: Roboão, Abiam, Jorão, Ocozias e Acáz. No século VII a.C. eles destacam dois reis ‘muito bons’ Ezequias e Josias e, ao lado deles, são mencionados dois reis ‘muito maus’, Manassés e Amon (2Rs 21). Depois de Josias seguem ainda quatro reis ‘maus’ (2Rs 18-25). Do rei Ezequias, eles destacam a abolição dos ‘lugares altos’, o fim da veneração da deusa Aserá e a destruição da serpente de bronze que certamente aludia a uma divindade egípcia. Manassés é o pior rei (2Rs 21) porque anulou as medidas tomadas por

Ezequias e é comparado ao rei nortista Acab. O rei Josias é simplesmente o modelo de rei (2Rs 22-23). Th. Roemer sintetiza: “Josias aparece como o rei perfeito sob todos os aspectos. Ele representa o ideal deuteronomista da realeza” (p. 160).

j) E, por fim, Th. Roemer se coloca a questão a respeito do último texto que conclui a composição da edição exílica da H. Dtr. É este texto a descrição da libertação do rei Joaquin da sua prisão na Babilônia em 2Rs 25,27-30 ou é a passagem em 2Rs 25,21? Para ele, o texto anterior se encaixa melhor como conclusão da edição persa da H. Dtr. Por isso, ele opta pela passagem em 2Rs 25,21 como a conclusão da edição babilônica da H. Dtr.: “Assim Judá foi exilado de sua terra”. Esta afirmação procura explicar o motivo do exílio e dá a impressão de que o ‘verdadeiro Israel’ foi levado para a Babilônia. Por isso, para ele, os últimos capítulos dessa edição deuteronomista compreendem 2Rs 23,31-24,20; 25,1-15.18-21: “Estes capítulos foram provavelmente escritos logo após os acontecimentos de 587. Ao ler estes capítulos é muito fácil adivinhar que os deuteronomistas pertenciam ao grupo de 597” (p. 161).

No cap. 6 Th. Roemer apresenta a edição persa da H. Dtr. que ele situa entre os anos 539 e 450 a.C. Como nem todos concordam com ele, este autor apresenta primeiramente as opiniões daqueles que entendem a *Obra Histórica Deuteronomista* (O.H.Dtr) de modo diferente. Em vista disso, ele inicia apresentando a teoria de F. M. Cross e de seus adeptos. Eles são da opinião que houve apenas duas edições da H. Dtr. A primeira deve ser situada no reinado de Josias, cuja conclusão é o texto 2Rs 23,25 e cujo início se encontra em Dt 6,4-5. Esta primeira edição josiânica da H. Dtr. foi completada no exílio por um segundo redator deuteronomista que atualizou a história dos reis acrescentando 2Rs 23,26-25,30. Há, além dessa teoria, os estudiosos da escola de Goettingen ou de R. Smend, seguidos por W. Dietrich, T. Veijola e outros, que defendem a ideia de que a H. Dtr. tenha surgido no exílio, contendo três camadas que são designadas com as abreviações DtrN (deuteronomista nomista), DtrH (deuteronomista historiador) e DtrP (deuteronomista profético). E há ainda os seguidores da proposta de M. Noth que consideram que houve uma única redação da H. Dtr. que aconteceu durante o exílio por volta do ano 560 a.C., após a reabilitação do rei Joaquin em 562 a.C., cuja conclusão seria 2Rs 25.

Th. Roemer discorda de todas estas teorias opinando que houve uma editoração deuteronomista que continuou ao longo do período persa. Ele fundamenta suas ideias nas observações de R. F. Person Jr. Para este estudioso encontra-se a linguagem deuteronomista em numerosos acréscimos ao texto masorético que não estavam presentes no texto hebraico traduzido para o grego na Septuaginta. E acrescenta que, de fato, há textos dentro da H. Dtr.

como, por exemplo, a estrita separação dos israelitas das outras nações bem como aqueles que procuram substituir pelo ‘culto do livro’ o tradicional culto no templo. Estes temas se encaixariam melhor no período persa (539-450 a.C.) do que em épocas anteriores. Eis agora o elenco dos textos que, para ele, surgiram no período pós-exílico, sob a dominação dos israelitas pelos persas.

a) Ele menciona primeiramente os textos segregacionais, segundo os quais os israelitas devem se separar das nações. Um deles é Dt 12,2-7. Este é, para ele, a terceira e última edição da lei da centralização em Dt 12. A ideologia da separação presente em Dt 12,2-7 reflete a problemática dos judeus que voltaram do exílio com aqueles que ficaram em Judá durante o exílio babilônico. Desta mesma ideologia fazem parte os textos Dt 7 e 9,1-6 porque o tema da ‘eleição’ de Israel por Iavé implica na separação dos israelitas das outras nações. Em vista disso, os casamentos mistos são proibidos em 7,2-5. Estes se referem concretamente à recusa de casamento entre os exilados retornados e o ‘povo da terra’ que permaneceu em Judá. Este texto está muito próximo de Esd 9, onde a lista das ‘nações da terra’ são quase as mesmas se elas forem comparadas com aquelas presentes em Dt 7,1 e em Esd 9,1. O mesmo pode ser afirmado a respeito da proibição de casamento tanto em Dt 7,3 como em Esd 9,2-3. O tema da separação dos israelitas das pessoas das outras religiões está também presente em Dt 14,1-21; 23,1-9; 25,17-19. Esta mesma temática se encontra nos livros de Josué em 23,4-13 e de Juízes em 2,13.17.20-23; 3,1-6.

b) Outro tema presente na edição persa da H. Dtr. é, para Th. Roemer, a passagem da monolatria para o monoteísmo. A monolatria intolerante durante os períodos assírio e babilônico, nos quais Iavé deve ser venerado de modo único e exclusivo, sem a negação da existência das outras divindades, passou na época persa para um monoteísmo mais radical. Enquanto que as exortações ao não-seguimento de outras divindades na monolatria, proibindo a participação nas procissões com estátuas dos deuses, o monoteísmo em Is 40-55 e em Dt 4 polemiza contra os deuses dessas nações, ironizando-os. Em vista disso, em Dt 4,15-20 condena-se estritamente a fabricação de imagem das divindades para venerá-las porque Iavé é o único Deus Criador de tudo. Aliás, esta concepção de Deus Criador surgiu na época persa e encontra-se presente em Dt 10,14-22. A exortação em Dt 30,1-14 dirige-se à elite que retornou da Babilônia. Neste texto destaca-se a singularidade dos retornados em relação aos outros povos por causa do seu acesso direto à palavra e à vontade de Deus. Outro texto monoteísta é Dt 26,15 onde se enfatiza que Iavé não mora no templo, mas nos céus que é sua morada santa.

c) Outro tema da edição persa da H. Dtr., segundo Th. Roemer, é a ampliação do território da província de Judá. Os deuteronomistas do período persa destacam que todos os membros do ‘verdadeiro Israel’ deviam viver na terra prometida por Iavé aos antepassados no Egito. Em vista disso, o retorno dos israelitas da Babilônia para o território de Judá era considerado como a sua conquista da terra prometida. Mas, o que acontece agora com aqueles do mesmo ‘verdadeiro Israel’ que preferem viver fora da província de Judá? Uma das estratégias deles consiste em incluí-los nos seus textos que tratam da ocupação da terra prometida ampliando as fronteiras dessa terra que agora se estendem até o rio Eufrates, mas não até o delta do rio Nilo. Eles agora declaram que toda a província persa da Transeufratênia é terra do povo de Israel, onde os judeus babilônios poderiam viver. Esta temática o autor encontra também nos livros do Deuterônomo em 1,7; 11,22-25; 12,20-28 e de Josué em 1,3-4; 22,9-34.

O alargamento das fronteiras da terra prometida é, para ele, o ambiente mais favorável e adequado para explicar o surgimento das sinagogas. Ele é da opinião que Dt 6,6-9 faz referência a elas porque as instruções divinas eram escritas nas paredes dos santuários. E as exortações de escrever as palavras da Lei de Deus nos umbrais de cada casa, transforma esta numa espécie de templo. Neste mesmo contexto histórico ele situa as histórias de Ester e Mardoqueu no livro de Ester bem como as de José do Egito em Gn 37-45 e as narrativas em Dn 2-6. Ele resume sua reflexão, afirmando: “Em todos estes casos, uma pessoa exilada deixa a prisão e se torna de alguma forma a segunda pessoa mais importante depois do rei (2Rs 25,28; Est 10,3; Gn 41,40; Dn 2,48) e o acesso a este novo *status* é simbolizado por mudança de roupa (2Rs 25,29; Est 6,10-11; 8,15; Gn 41,42; Dn 5,29). Todas estas histórias insistem no fato de que a terra da deportação se tornou uma terra onde os judeus podem viver e até conseguir carreiras interessantes. O exílio é transformado em diáspora” (pp.176-177).

No último ponto do livro, Th. Roemer aborda a questão do encerramento da H. Dtr. e do nascimento da Torá. Ele situa a origem da Torá no ano 400 a.C. que devia se tornar a base ideológica do judaísmo nascente. E a pessoa indicada para encaminhar a relação entre a Torá e a obra H. Dtr. era Esdras porque ele é, segundo Esd 7,1-6, apresentado como sacerdote e escriba. Assim, “é bem provável que a reunião de diferentes códigos e narrativas legais num único ‘livro’ em cinco partes, o Pentateuco, remonte realmente ao tempo da missão de Esdras em Jerusalém” (p. 178).

Ele ainda destaca que a escola sacerdotal produziu durante a época babilônica e o início do período persa um documento que iniciava com a criação do mundo (Gn 1) e

terminava com a instituição do culto sacrificial em Lv 9. Este documento sacerdotal recebeu acréscimos como as leis rituais da pureza e outras leis cultuais que agora estão presentes no livro do Levítico. Neste momento tornava-se necessário combinar este documento sacerdotal com a obra histórica deuteronomista. Em torno dessas tendências houve com certeza debates como, por exemplo, se a Torá deveria ser um Hexateuco ou um Pentateuco ou, com outras palavras, se a Torá deveria incluir a ocupação da terra prometida ou não. A decisão tomada foi a exclusão da terra prometida da Torá. Em vista disso, ela termina narrando a morte de Moisés em Dt 34. O que pesou, para ele, foi o seguinte: “O centro da Torá, o Pentateuco, não era a terra mas a lei de Moisés, dada para uma vida na terra mas também fora da terra. Por isso esta Torá era uma ‘pátria portátil’” (p.180).

Ele supõe ainda que, ao separar o Deuterônomo dos livros seguintes, ele tenha recebido acréscimos, como Dt 11,26-31 e 27. Estes foram introduzidos nele com a finalidade de tornar a Torá melhor aceita pela elite religiosa da província da Samaria. Outras adições são Dt 32 que contém um sumário a respeito dos acontecimentos futuros e Dt 33 que elenca uma série de bênçãos de Moisés, criando assim um paralelo com as bênçãos de Jacó em Gn 49. Ele resume este processo assim: “Esta transformação do livro do Deuterônomo significou o fim da H. Dtr. A partir de agora Josué, Juízes, Samuel e Reis tornaram-se aquilo que mais tarde será chamado de ‘Profetas Anteriores’” (p. 181).

A resenha desse livro revelou que Th. Roemer tem uma compreensão diferente dos demais estudiosos da Obra Histórica Deuteronomista. Para ele, ela se compõe de três camadas literárias que surgiram nos períodos da dominação israelita respectivamente pelos assírios, babilônios e persas. Ela é a hipótese mais recente da pesquisa sobre a Obra Histórica Deuteronomista. Ela é uma espécie de compromisso entre as teorias defendidas por F. M. Cross e seus adeptos, pela escola de Goettingen ou de R. Smend e M. Noth e seus seguidores. Segundo o biblista G. Braulik no seu estudo sobre as teorias e os conteúdos da Obra Histórica Deuteronomista² a hipótese de Th. Roemer foi detalhadamente criticada por alguns estudiosos da questão. As observações críticas deles bem como a defesa das suas opiniões encontram-se na Revista *Journal of Hellenic Studies*³. Isto demonstra que a Obra Histórica Deuteronomista está ainda em estudo e em franco debate. Mesmo assim eu recomendo vivamente a leitura e o estudo dessa obra de muito valor, de muita pesquisa e de muita reflexão de um especialista raro no mundo da Obra Histórica Deuteronomista.

² “Theorien ueber das Deuteronomistische Geschichtswerk (DtrG) im Wandel der Forschung”. Em: Erich Zenger u. a. (Orgs.). **Einleitung in das Alte Testament**. Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer. 2012. p. 249.

³ JHS 9. 2009. pp. 1-49.